

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO PAULO PIRITUBA

**CURSO PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM HUMANIDADES:
EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE**

Antonio Alves Silva Junior

A conjuntura chilena e o governo Allende: uma perspectiva gramsciana

São Paulo

2023

Antonio Alves Silva Junior

A conjuntura chilena e o governo Allende: uma perspectiva gramsciana

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus São Paulo Pirituba, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

São Paulo

2023

Ficha catalográfica preparada pela Coordenadoria de Biblioteca
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Câmpus São Paulo Pirituba

Silva Júnior, Antonio Alves

S586c A conjuntura chilena e o governo Allende: uma perspectiva
gramsciana /Antonio Alves Silva Júnior. – São Paulo, 2023.
35 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Humanidades: Educação, Política e Sociedade) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus São Paulo
Pirituba.

1. Hegemonia. 2. Socialismo - Chile. 3. Allende, Salvador
1908-1973. I. Silva, Vagner Luis da. II. Título.

Elaborado por CRB-8/7494. Dados fornecidos pelo autor(a) via Sistema Pergamum.

Antonio Alves Silva Junior

Título:

A conjuntura chilena e o governo Allende: uma perspectiva gramsciana

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Especialista” e aprovado em sua forma final pelo Curso Pós-graduação Lato Sensu em Humanidades: Educação, Política e Sociedade.

São Paulo, xx de xxxx de xxxx

Prof. Dr. Vagner Luis da Silva
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Vagner Luis da Silva
Orientador

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Campus São Paulo Pirituba

Prof.(a) Dr.(a) xxxx
Avaliador(a)
Instituição xxxx

Prof.(a) Dr.(a) xxxx
Avaliador(a)
Instituição xxxx

AGRADECIMENTOS

A minha companheira, Maria Gabriella (Mabi), por todo o companheirismo e amor.

Aos meus país, Antonio Alves Silva e Rosa Meire de Oliveira, por todo o incentivo em perseguir objetivos educacionais e minha avó Luzinete Batista do Nascimento, por todo carinho ao longo desse processo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Vagner Luis da Silva, pela atenção ao longo dessa trajetória me auxiliando com esta pesquisa, além de mostrar novos horizontes a serem explorados.

Aos meus colegas de turma e demais professores que fizeram parte dessa jornada.

RESUMO

Este trabalho estuda a conjuntura do Chile durante o governo de Salvador Allende junto com a Unidade Popular no triênio de 1970-1973. Buscamos apresentar este período através dos conceitos elaborados pelo pensador italiano, Antonio Gramsci (1891-1937), com uma breve apresentação dos escritos do próprio autor e o entendimento de seus intérpretes. Abordamos os conceitos de sociedade civil, bloco histórico, hegemonia e hegemonia internacional para explicar as questões internas e internacionais da conjuntura chilena por meio de uma pesquisa descritiva. Em seu desenvolvimento mostraremos os aspectos eleitorais e as ações tomadas pelo governo em uma relação dialética com a sociedade civil frente aos interesses das classes dominantes no país, e por fim passaremos pelos aspectos internacionais e a conjuntura da Guerra Fria na América Latina. Em suas considerações finais mostramos que o governo Allende não detinha dos aparelhos hegemônicos necessários para a implementação de um regime socialista, enquanto as classes dominantes estavam organizadas interna e internacionalmente.

Palavras-chave: Governo Allende. Socialismo chileno. Revolução chilena. Hegemonia internacional. Relações internacionais.

ABSTRACT

This research studies the conjuncture of Chile during the government of Salvador Allende with the Popular Unity in the three-year period of 1970-1973. We seek to present this period through the concepts elaborated by the Italian thinker, Antonio Gramsci (1891-1937), with a brief presentation of the author's own writings and the understanding of his interpreters. We present the concepts of civil society, historical bloc, hegemony and international hegemony to explain the internal and international issues of the Chilean situation through descriptive research. In its development we will show the electoral aspects and the actions taken by the government in a dialectical relationship with civil society in the face of the interests of the dominant classes in the country, and finally we go through the international aspects and the conjuncture of the Cold War in Latin America. In its final considerations, we show that the Allende government did not have the necessary hegemonic apparatus for the implementation of a socialist regime, while the dominant classes were organized internally and internationally.

Keywords: Allende Government. Chilean Socialism. Chilean Revolution. International hegemony. International relations.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1. UM BREVE ENTENDIMENTO SOBRE OS CONCEITOS DE GRAMSCI	10
1.1. Sociedade Civil.....	10
1.2. Bloco histórico.....	12
1.3. Hegemonia	14
1.4. Hegemonia nas relações internacionais.....	16
Capítulo 2. CHILE, SALVADOR ALLENDE E A UNIDADE POPULAR	19
2.1. A revolução vinda de cima e a revolução vinda de baixo.	20
2.2. A contrarrevolução.....	24
2.3. A conjuntura internacional latino-americana na Guerra Fria.	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscaremos analisar alguns dos aspectos internos e externos da conjuntura do Chile durante o governo de Salvador Allende. Para a avaliação do contexto, tomaremos como referência os conceitos do intelectual italiano Antonio Gramsci e de alguns de seus intérpretes, com a perspectiva de compreender o quadro da hegemonia geopolítica dos Estados Unidos na América Latina, em particular os desdobramentos dessa influência na política chilena.

Pensar os conceitos de Antonio Gramsci e aplicá-los no campo da ciência política se apresenta relevante pois traz uma interpretação dos aspectos político-sociais da região latino-americana. Nesse caso, com relação ao Chile, um pequeno país na América do Sul em que no triênio 1970-1973 tomou os holofotes por ser a primeira experiência socialista via caminho democrático com o candidato eleito Salvador Allende, capitaneando a frente de esquerda denominada Unidade Popular.

Nossa abordagem está dividida em dois capítulos. No primeiro apresentaremos os conceitos de sociedade civil, bloco histórico e hegemonia elaborados por Gramsci através das obras do próprio autor e, também, com o auxílio de alguns de seus intérpretes. Por fim, faremos uma breve apresentação do conceito de hegemonia no campo das relações internacionais através da interpretação de Robert Cox.

No segundo capítulo trataremos das questões internas e internacionais do Chile na conjuntura de 1970-1973, contexto no qual apresentaremos o conceito de “revolução vinda de cima” e “revolução vinda de baixo” e a relação sociedade civil e sociedade política. Em seguida, abordaremos os aspectos contrarrevolucionários de setores conservadores da sociedade chilena, bem como a organização de classes frente ao governo da Unidade Popular e a oposição como um bloco histórico. E, por fim, trataremos das questões internacionais e a hegemonia estadunidense na região, enfocando alguns pontos da política externa do governo Allende.

Capítulo 1.

UM BREVE ENTENDIMENTO SOBRE OS CONCEITOS DE GRAMSCI

O pensador italiano, Antonio Gramsci (1891-1937) desenvolveu seus conceitos enquanto estava em cárcere, mantido nessa condição pelo regime fascista da Itália, governada por Benito Mussolini. Reconhecendo a complexidade de seus temas e conceitos apresentados ao longo de sua vasta obra, faremos breve exposição de expressões conceituais como sociedade civil, bloco histórico e hegemonia.

Sublinhamos que esses conceitos estão interligados e logicamente também englobam outros conceitos elaborados pelo pensador italiano, todavia, buscaremos nos alicerçar nas obras do próprio autor, assim como consultaremos seus intérpretes para uma melhor compreensão das ideias e conceitos gramscianos.

Contudo, vale ressaltar que Gramsci é um homem de seu próprio tempo em seu próprio espaço, pois o autor buscou em seus escritos, os Cadernos do Cárcere, apresentar aspectos relacionados à história italiana. Ou seja, suas reflexões se situam no contexto ideológico e econômico no qual estava inserido, não tendo a pretensão de elaborar conceitos universais para aplicação a qualquer tempo e espaço.

Porém, reconhecida a envergadura intelectual de Antonio Gramsci, lastreado pela contribuição de seus intérpretes, demandaremos explorar alguns pontos de seu quadro conceitual, particularmente aqueles que tangenciam o campo da ciência política. Servindo-se dos conceitos gramscianos para além de seu tempo, procuraremos transbordar sua análise para a compreensão dos problemas de outro contexto e lugar.

1.1. Sociedade Civil

A priori gostaríamos de apresentar uma divergência com relação ao entendimento da obra de Gramsci no qual alguns de seus intérpretes inserem seu pensamento no campo da superestrutura, distinguindo-o de Marx, como um autor do campo da estrutura. Todavia, nem Gramsci, nem Marx se enquadram em somente uma dessas terminologias, pois cada um desses pensadores está inserido em sua própria conjuntura e suas obras e conceitos perpassam por ambos os campos de análise.

Estrutura e superestrutura são duas terminologias utilizadas nas abordagens marxiana e marxista para distinguir as esferas econômicas (materiais) e a esfera

ideológica (o campo das ideias): sendo a estrutura econômica na qual estamos inseridos a qual engloba os meios de produção e seu controle econômico; e a superestrutura ideológica na qual está o campo das ideias dominantes, na moral e na dominação. Vale ressaltar que não há uma distinção de importância entre uma e outra, pois ambas as terminologias estão entrelaçadas, na qual uma influencia a outra e vice-versa.

Os intérpretes de Gramsci também apresentam algumas divergências em relação ao entendimento de estrutura da sociedade civil. Bobbio (1999) resalta o conceito de sociedade civil associado ao campo da superestrutura, ou seja, no campo ideológico. Enquanto Portelli (2002) entende a sociedade civil como o campo da superestrutura e da estrutura.

A divergência entre ambos os autores se dá devido a interpretação dialética que Portelli tem referente à sociedade civil, no qual não há uma relação de hierarquia, logo que ambas (estrutura e superestrutura) passam a ser constituídas exercendo influências mútuas. Enquanto para o Bobbio, o conceito de sociedade civil está apenas no campo das ideias (superestrutura).

Porém, ambos os autores convergem no que diz respeito à origem de sociedade civil, pois para eles este conceito tem origem em Hegel e não na ideia de sociedade civil de Marx, pois como apresentado pelos autores, Gramsci não segue uma linha ortodoxa com relação ao marxismo.

[...] N. Bobbio observa que Gramsci inspirou-se essencialmente em certos trechos de *A filosofia do Direito*, onde Hegel compreende também, no seio da sociedade civil, as associações políticas e sindicais, as corporações, que constituem “o conteúdo ético do Estado”. Encontramos aí a definição gramsciana da sociedade civil, as das “organizações ditas privadas” que são “o conteúdo ético” do Estado. (PORTELLI, 2002, p. 19)

Como abordado, a sociedade civil se apresenta como o conteúdo ético do Estado, o qual é o campo das estruturas econômicas de forma privada. Por outro lado, vale ressaltar que para Gramsci há a sociedade civil e a sociedade política, que é representada pelas organizações públicas havendo uma relação dialética entre esses dois conceitos e os aspectos ideológicos e econômicos.

Dessa forma, não há sociedade civil sem que haja a sociedade política, a qual é responsável pela manutenção dos interesses sociais no plano político parlamentar. Essas contradições e conflitos de interesses estão relacionados ao Estado (vida pública), que

tem reflexos diretos da sociedade civil (vida particular). Marx atribui essas questões ao aspecto do campo das estruturas econômicas, todavia Gramsci inverte essa lógica, como apontado por Bobbio (1999):

Gramsci fala da sociedade civil “como é entendida por Hegel e no sentido em que é frequentemente empregada nestas notas”, para logo em seguida explicar que se trata da sociedade civil “no sentido da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. [...] Hegel, sublinhando de modo particular em sua doutrina do Estado a importância das associações políticas e sindicais, ainda que por meio de uma concepção ainda vaga e primitiva de associação, que se inspira historicamente num só exemplo acabado de organização, o corporativo, supera o puro constitucionalismo (ou seja, o Estado no qual os indivíduos e governo encontram-se uns diante do outro sem sociedades intermediárias) e “teoriza o Estado parlamentar com seu regime de partidos”. (BOBBIO, 1999, p. 156-157)

Podemos definir o conceito de sociedade civil composto de uma mescla entre estrutura e superestrutura no qual os interesses privados se manifestam, e as organizações sindicais, corporativas e sociais compõem este grupo. Todavia, há uma relação entre a sociedade civil e a sociedade política que se manifesta dialeticamente, em que há uma relação direta com o Estado no aspecto parlamentar e com os partidos políticos.

Esta interação se dá através de um bloco histórico, onde há a hegemonia política e cultural que permeia a sociedade civil, havendo uma disputa no campo da estrutura e da superestrutura pela dominação desses estratos sociais. Ou seja, a convergência e a divergência de interesses que permeiam a sociedade civil e política.

1.2 Bloco histórico

Gramsci também apresenta um conceito que está diretamente ligado a sociedade civil, o qual também engloba a sociedade política e as ideias dominantes de cada época, o autor se utiliza da ideia marxiana de que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante¹. O bloco histórico é composto pelas estruturas econômicas e pela superestrutura ideológica, na qual busca ser construído pela hegemonia:

¹ “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõem também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de suas dominações”. (MARX; ENGELS, p. 47, 2007). Devemos levar em conta os aspectos temporais nos quais Marx e Gramsci estão elaborando suas obras, logo, que o primeiro está inserido em um contexto de revolução industrial no

“a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu. [...] A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica”. (GRUPPI, 1978, p. 78)

De acordo com as concepções mencionadas, o bloco histórico pode ser entendido como uma síntese das ideias da classe hegemônica aplicada em todos os níveis sociais, políticos e econômicos, perpassando sobre a sociedade civil e pela sociedade política. Entretanto, essas concepções para um novo bloco histórico têm sua origem e seus fundamentos que servem como alicerce para o surgimento de um novo bloco histórico como apontado por Gramsci em referência à *Crítica da Economia Política* de Marx:

- 1) a humanidade só se coloca sempre tarefas que pode resolver; a própria tarefa só surge quando as condições materiais da sua resolução já existem ou, pelo menos, já estão em vias de existir; 2) Uma formação social não desaparece antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela ainda comporta; e novas e superiores relações de produção não tomam seu lugar antes que as condições materiais de existência destas novas relações já tenham sido geradas no próprio seio da velha sociedade. (GRAMSCI, 2017, p. 140)

Sendo assim, Gramsci reforça essa relação do conceito de bloco histórico com os conceitos de estrutura e superestrutura, em que novamente encontramos uma relação dialética entre estas terminologias. Porém, esse conceito se estende como um aspecto no qual as condições para um novo bloco histórico estão diretamente relacionadas ao esgotamento das antigas condições materiais, as quais irão se estabelecer nas bases das condições antigas.

Um bloco histórico seria um laço entre as ideias de uma classe hegemônica em que as suas condições de existência estão diretamente ligadas às condições de um bloco histórico passado. Essa seria a origem de tal terminologia, pois um bloco histórico marca as ideias da classe hegemônica em um dado período histórico, podendo haver rupturas ou continuidades.

Para uma melhor compreensão dos aspectos relacionados ao bloco histórico, Portelli (2002) apresenta a sua composição e grupos gerais que dão forma ao bloco

qual os aspectos estruturais se apresentam de forma mais nítidas. Porém, ele tem sua influência direta em aspectos superestruturais. Já Gramsci, elabora suas ideias em um contexto em que os aspectos culturais e ideológicas (superestrutura) estão cada vez mais notáveis e influenciam nas questões estruturais. Daí a relação dialética estrutura e superestrutura.

histórico e para sua atuação, sendo eles: a) a classe fundamental/dirigente; b) as classes auxiliares (pequena burguesia); c) as classes subalternas (proletariado).

A classe fundamental/dirigente é aquela que dá o direcionamento do bloco histórico, sendo ela detentora dos meios de produção e do aparato ideológico. Essa classe tem o papel de criar e difundir as ideias que permeiam esse novo bloco histórico, atuando diretamente em questões materiais e ideológicas.

As classes auxiliares apresentam uma relação de subalternidade e, ao mesmo tempo, materializam os interesses das classes dirigentes em troca de que seus interesses também sejam atendidos, cumprindo assim, um papel secundário na composição do bloco histórico.

E, por fim, mas não menos importante na lógica de dirigentes e dirigidos, há as classes subalternas/proletariado, sendo a classe despossuída que atende materialmente e ideologicamente aos interesses das classes dominantes. Entretanto, as classes subalternas também podem exercer hegemonia sobre as demais como aponta Portelli (2002), desde que haja uma aliança de classes e a formação de uma nova hegemonia, gerando assim um novo bloco histórico.

Há relações entre sociedade civil e bloco histórico. Entretanto há outro conceito em que a dialética nesta forma de dominação sobressai e nos ajuda a compreender os aspectos culturais e uma forma de dominação que vai para além do que tange o uso da força, pois está diretamente associado aos campos da estrutura e da superestrutura: a hegemonia.

1.3. Hegemonia

O termo hegemonia é desenvolvido por Gramsci, todavia, o autor utiliza-se de conceitos elaborados por outros autores para assim elaborar sua própria interpretação, trazendo uma nova perspectiva sobre hegemonia em sua obra. Gramsci elabora sua ideia com base em A. Labriola (1843-1904) e seu próprio conceito de hegemonia e, também, na hegemonia do proletariado de Lênin (1870-1924).

O termo hegemonia tem sua origem do grego *eghestai*, cujo significado é conduzir, ser guia, ser líder, como apontado por Gruppi (1978). Gramsci, em seus escritos nos Cadernos do Cárcere busca utilizar-se do termo hegemonia para explicar os

fatos referentes à questão italiana, todavia este conceito é também aproveitado no campo das ciências humanas para explicar uma forma de dominação.

A hegemonia é uma forma de dominação que está diretamente relacionada aos conceitos de estrutura e superestrutura, ou seja, é o domínio nesses dois campos através dos aspectos econômicos e no campo ideológico. A hegemonia se realiza em um determinado bloco histórico no qual as classes dominantes exercem esta dominação da sociedade civil e política.

Entretanto, como já mencionado, a hegemonia é a dominação através do consenso logo que está relacionada aos campos da estrutura e das superestruturas, sendo a dominação na qual a classe dirigente busca conciliar os interesses das classes dirigidas, tendo ela a capacidade de ser exercida tanto pelas classes burguesas, quanto pelos estratos de classe proletários.

Gruppi aponta que Gramsci, em seus cadernos, busca encontrar uma alternativa para a hegemonia da classe trabalhadora frente aos interesses do capitalismo, nos dando uma interpretação da questão italiana guiada pelo conceito de hegemonia em Gramsci:

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo, e desse modo, isolando o próprio capitalismo. (GRUPPI, p. 59, 1978)

Apesar da busca pela hegemonia do proletariado, essa mesma era limitada devido à sua falta de organização como classe para este objetivo, restando assim para as classes dominantes detentora dos aparelhos econômicos e ideológicos o exercício da hegemonia, no qual os interesses de seus dominados deveriam ser levados em consideração na tentativa de evitar perturbações a ordem.

A questão de detenção dos aparelhos ideológicos e a questão cultural apresentam maior relevância devido aos meios de comunicação em massa e os aparatos culturais como rádio e o cinema, sendo entendidos como uma forma de exercício de hegemonia pelas classes dominantes no período vivido por Gramsci, assim como a questão dos intelectuais para a questão hegemônica.

Para Gramsci todos os homens são intelectuais nas diferentes esferas do conhecimento técnico ou no que se refere aos elementos da cultura: os partidos políticos;

os jornais; a igreja; o Estado; o parlamento; as universidades; as escolas; a cidade (as organizações privadas); o exército; sindicatos; o teatro etc. tendo todas essas instituições a influência de intelectuais em diferentes áreas.

Entretanto, há uma categorização que se destaca nesses aspectos. Os intelectuais orgânicos, aqueles responsáveis pela manutenção da hegemonia do bloco histórico, transitam entre a sociedade civil e a sociedade política, ou seja, os intelectuais orgânicos trabalham ativamente no campo da superestrutura, na formulação de ideias para a dominação em forma de consenso.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “contestem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando da direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2022, p. 21)

Podemos através dos aspectos mencionados acima, dizer que a hegemonia é a uma dominação através do consenso, mas que em todo caso também faz uso dos aparelhos de disciplinares (o uso da força) quando necessário para a manutenção da ordem hegemônica. Os intelectuais são os responsáveis e articuladores entre os estratos dominantes e dominados, sendo aqueles que fazem a manutenção através do consenso, no campo das ideias, garantindo assim a estabilidade para aqueles que atuam como detentores dos espaços produtivos.

Os aparelhos ideológicos do Estado fazem-se necessários para a manutenção da hegemonia, logo tem uma influência dialética nos campos da estrutura e da superestrutura pois os intelectuais atuam diretamente em todos os eixos culturais da sociedade, sejam eles os intelectuais orgânicos que são os responsáveis pelos conteúdos ideológicos ou os intelectuais coletivos que atuam no campo das estruturas, sob a égide dessa forma de dominação.

1.4. Hegemonia nas relações internacionais

Gramsci ao longo de seus escritos não tem a pretensão de tratar profundamente sobre relações internacionais, todavia, há uma gama de autores que transcrevem os

conceitos desenvolvidos por ele para esse campo das ciências políticas. E, assim como as demais correntes de pensamento marxista, aqui também não há uma convergência no que se refere a esses conceitos.

Gramsci também tem seus conceitos inseridos no campo marxista das relações internacionais. O marxismo nesse campo apresenta duas concepções que contribuem para o campo de estudo, sendo elas: a) o materialismo histórico marxista; e b) a contribuição político-econômica nas questões internacionais e suas estruturas (VIGEVANI et al, 2011).

O acadêmico R. Cox, é um dos autores que contribuem para o entendimento do conceito de hegemonia no campo das RI, apresentando o conceito de hegemonia como uma forma de dominação, na qual envolve aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais no que se refere ao campo da geopolítica, sendo também a influência de um Estado sob os demais:

Historicamente, hegemonias deste tipo são fundadas por Estados poderosos que passaram por uma profunda revolução social e econômica. A revolução não só modifica a economia interna e a estrutura política do Estado em questão, mas também libera energias que se expandem além das fronteiras do Estado. A hegemonia mundial no seu início é uma expansão interna (nacional) que vem do estabelecimento de uma classe social dominante. A economia e as instituições sociais, a cultura, a tecnologia associada com esta hegemonia nacional se tornam padrões para serem exatamente seguidos. Tal hegemonia tão expansiva impacta nos países periféricos como uma revolução passiva. Esses países não passaram pela mesma profunda revolução social e nem têm uma economia tão desenvolvida da mesma forma, entretanto eles tentam incorporar elementos do modelo hegemônico sem afetar poderes estruturais anteriores. Enquanto os países periféricos tentam adotar aspectos econômicos e culturais centrais hegemônicos, eles são menos aptos a incorporar os modelos políticos. (COX, 1993, p. 61, tradução nossa)

Assim como há hegemonia nas questões internas, as quais envolvem os campos da estrutura econômica e da superestrutura ideológica, essa forma de controle também pode ser observada nas questões internacionais, pois para que haja um determinado Estado hegemônico do campo internacional, ele deve ter uma classe hegemônica em suas questões internas.

Entretanto, com os adventos históricos no que se refere as estruturas do que se denominou como sistema internacional e sua formação, essa mesma hegemonia

internacional também estão relacionadas aos blocos históricos dos Estados que a compõe e seus aspectos econômicos, gerando assim os Estados centrais e os Estados periféricos no sistema capitalista internacional. Ou seja, determinados Estados e seus grupos dominantes que ditam as regras e Estados periféricos que se adequam a elas.

Diferente das questões internas, na qual há o Estado com suas leis e contratos sociais que organizam a vida em comunidade, o qual também tem o monopólio legítimo do uso da força, o sistema internacional não apresenta uma instituição de tal capacidade, logo que ele é composto por Estados, Corporações e Instituições Internacionais. Sendo assim, a hegemonia no campo internacional está diretamente relacionada a capacidade de influência nesses organismos internacionais como o Banco Mundial, FMI, OMC, Conselho de Segurança etc., além dos blocos internacionais, acordos bilaterais ou multilaterais.

Cox e Sinclair (2012), apontam três forças categóricas históricas e estruturais: a) capacidades materiais; b) as ideias e; c) as instituições, não havendo entre elas uma ordem de relevância, logo que elas interagem e influenciam diretamente umas nas outras. Todavia nos aspectos internacionais há uma nova interação, também em uma perspectiva de três pontos: a) forças sociais; b) formas de Estados; e c) ordens internacionais. Podemos entendê-las como os aspectos estruturais e superestruturais que se manifestam em determinadas organizações internacionais, gerando assim, os mecanismos para a hegemonia no sistema internacional.

Assim como há períodos hegemônicos no sistema internacional, também há os períodos de crise hegemônica e estruturais, podendo levar a uma nova hegemonia, ou até mesmo novas hegemonias, gerando períodos de bipolaridade sistêmica, na qual novos blocos históricos podem surgir, alterando completamente a configuração sistêmica. E por último, mas não menos importante, os movimentos contra hegemônicos, que buscam confrontar a “ordem internacional” estabelecida.

Capítulo 2.

CHILE, SALVADOR ALLENDE E A UNIDADE POPULAR: UMA PERSPECTIVA INTERNA E EXTERNA

A trajetória política de Allende vem de longa data. Apesar do histórico político de sua família, ingressou na política sendo eleito deputado em 1937 pelo partido socialista de Valparaíso, do qual ele era um dos fundadores. Em 1938, quando a Frente Popular de Pedro Aguirre Cerda foi eleita, Allende foi nomeado para o cargo de Ministro Saúde, da Habitação e da Segurança, ainda com seus 31 anos.

A Frente Popular foi um marco na geração de 1938 por ser uma experiência voltada para causas sociais, apesar de ter suas políticas direcionadas para os setores capitalistas, tendo como sua principal herança a *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO), subordinada ao capitalismo chileno. Em 1952, Allende participa das eleições presidenciais pela primeira vez pelo Partido Socialista (PS), tendo o apoio do Partido Comunista (PC) que se encontrava na ilegalidade. Embora tenha recebido apenas 5% dos votos, sua atuação caracterizou a união destas duas agremiações da esquerda chilena.

Novamente buscou o pleito eleitoral em 1958 junto à *Frente de Acción Popular* (FRAP), uma frente formada por PS e PC, agora na legalidade. Todavia, foi derrotado pelo empresário Jorge Alessandri e sua promessa de modernização capitalista do país. Em 1964, junto com a FRAP, Allende participa outra vez das eleições na qual obtém 39% dos votos, mas que ainda assim não foi o bastante para superar Eduardo Frei da Democracia Cristã (DC) e seus 54% dos votos com seu slogan — “Uma Revolução em Liberdade”.

Salvador Allende foi eleito presidente do Chile nas eleições de 1970, com 36,22% dos votos, concorrendo como candidato da esquerda junto com a coalizão de partidos e movimentos sociais denominada Unidade Popular (UP). No concorrido pleito, superou os candidatos Jorge Alessandri do Partido Nacional (PN), com 34,9%, e Radomiro Tomic da Democracia Cristã (DC), com 27,1% dos votos.

Esta coalizão era composta pelo PC, PS do qual Allende era integrante, Partido de Izquierda Radical (PIR), Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), uma dissidência da DC.

A UP, capitaneada por seu candidato, Salvador Allende, apresentou o projeto que ficou conhecido como a “via chilena para o socialismo democrático”, pois acreditava conseguir implementar o socialismo no país através das vias legais. Entretanto, havia uma certa divergência com relação a essa coalizão referente às suas questões ideológicas, questões essas que aceleraram a implementação do socialismo e frearam seus avanços.

Podemos dizer que os avanços foram as materializações das promessas feitas em campanha. E, os retrocessos sendo os períodos em que o governo necessitou redirecionar suas ações em busca de atender as demandas populares, demandas essas que serviam como base sustentadora do governo.

O governo da UP se apresentou como algo novo na história chilena devido a relação entre sociedade civil e sociedade política na construção de um novo bloco histórico e na construção da hegemonia das classes trabalhadoras do país. Todavia, para alcançar este objetivo houve enfrentamentos diretos com os interesses das classes hegemônicas, gerando assim conflitos e uma reação contrarrevolucionária por parte dos segmentos conservadores da sociedade chilena.

No que se refere à questão geopolítica, devemos destacar a importância do Chile na região latino-americana. É um país que se destaca por ter o cobre como principal matéria prima e por sua estabilidade democrática, entretanto também estava à mercê da lógica da Guerra Fria na região, por estar localizado em uma zona da influência geopolítica estadunidense. Sendo assim, as questões conjunturais internas do Chile afetam diretamente os aspectos internacionais e vice-versa, havendo uma relação dialética entre a conjuntura interna e internacional.

2.1. A revolução vinda de cima e a revolução vinda de baixo.

Após ser confirmada a vitória da UP, graças a um acordo firmado com a DC de que atuariam dentro da legalidade, o ano de 1971 foi um marco nas questões relacionadas aos ideários da UP e seu projeto de governo. Neste período começaram a atuar para colocar em prática o programa “*via chilena para el socialismo*”, o que Winn (2010) denominou de revolução vinda de cima.

Essas ações tomadas pelo governo também desencadearam diversas manifestações populares no intuito de intensificar o processo revolucionário que havia se instaurado no país, o que Winn (2010) chamou de revolução vinda de baixo. Sendo assim,

uma relação dialética entre sociedade civil e a sociedade política visando uma transformação social até então nunca vista no país.

O governo de Eduardo Frei, que antecedeu o governo Allende, trazia consigo o slogan “Uma Revolução em Liberdade”, todavia sua atuação estava longe de ser revolucionária. Havia de fato uma reforma agrária em curso, porém, de forma lenta e gradual, com políticas voltadas para o benefício do capital chileno. Esse governo da DC havia feito uma promessa que não foi cumprida, sendo algo que impulsionou ainda mais votos para Allende em uma eleição muito disputada.

Vale ressaltar que esse descontentamento com o governo anterior se deu também por uma ala mais a esquerda, que veio a fundar o MAPU. Depois de abrir dissidência com a DC e compor a UP, trouxe consigo os votos dos cristãos de esquerda e toda uma militância que a acompanhava. Essa composição foi relevante para a base aliada de Allende em seu governo.

O ano de 1971, até meados de outubro de 1972, foi o período de maior atuação da revolução vinda de cima, pois foi marcado pela forte participação do Estado em aspectos estruturais para promover maior distribuição de renda e gerar empregos no país. Para atingir este objetivo foi feito um uso intenso da máquina pública e de seus recursos.

As classes trabalhadoras do Chile não detinham a hegemonia no início de 1971, todavia com o impulso da UP e dos movimentos sociais que estavam ligados a ela, passou-se a criar um movimento contra hegemônico na tentativa de construir um novo bloco histórico e, para tal fim, as questões estruturais se tornaram de extrema importância:

O programa da Unidade Popular vislumbrava quatro importantes mudanças estruturais que, em conjunto, lhe dariam o controle dos principais setores da economia: a recuperação das “riquezas [minerais] básicas” do país, particularmente das minas de cobre; a nacionalização dos bancos, uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas. Esses eram o cerne de “*los cambios*” (“as mudanças”) que se tornaram sinônimo de revolução chilena. (WINN, 2010, p. 78)

A nacionalização do minério chileno também era uma pauta da DC (governo anterior), então em julho de 1971 tal emenda foi ratificada sob a Lei nº 17.450 garantindo assim a estatização dos recursos naturais.

Entre os anos de 1939 e 1941, foi criada pela Frente Popular a Corporación de Fomento de la Producción (CORFO), que tinha o intuito de ajudar na produção de

empresas que iniciavam no mercado chileno e que em seguida seriam vendidas no mercado com um preço reduzido.

O governo adotou uma estratégia contrária da instituição da qual anteriormente investia em empresas para depois vendê-las e passou a comprar as ações dos bancos privados com uma oferta maior que a do mercado, garantindo assim a nacionalização do sistema bancário via CORFO.

Já a reforma agrária do governo Allende fez uso da lei de 1967 do governo anterior, porém dando-lhe um caráter mais socialista. A reforma tinha como objetivo ser gradual e que a terra fosse socializada na forma de cooperativas e entre pequenas empresas.

Com relação a socialização e distribuição chilena, ou seja, a estatização das empresas privadas, o governo não teve os mesmos recursos constitucionais como teve com o mercado financeiro e para isso foi necessário um decreto lei para alcançar este objetivo, atingindo diretamente os interesses das classes dominantes da época.

Essas foram as promessas de campanha da UP e de Allende que tiveram êxito ao longo dos primeiros anos de governo (1971-1972), entretanto essas transformações também tiveram o impulso popular através da “revolução vinda de baixo”.

Os setores mais populares estavam diretamente ligados a UP e aos setores mais radicais como MIR, MAPU e PR que tinham influência e influenciavam os sindicatos e movimentos sociais, como a CUT chilena, movimentos pela reforma agrária e moradias populares.

Sendo assim, esses movimentos se deram conta de que não haveria repressão por parte do governo atual, diferentemente da atuação da DC, e assim passaram a se organizar entre si, radicalizando e intensificando o processo revolucionário no país com a ocupação de fábricas e invasões de terras.

De acordo com Winn (2010) o governo Allende se caracterizava por suas ações dentro da legalidade, por outro lado, a revolução vinda de baixa se apresentava de outra forma: através da tomada de propriedades de forma ilegal, mas fortemente justa.

Como mencionado acima, junto das reformas do governo, houve também ações por parte da sociedade civil organizada em sindicatos e movimentos sociais. A organização sindical passou a atuar na ocupação de fabricas; a reforma agraria passou a

ser impulsionada pela ocupação de fazendas e latifúndios como forma de reivindicação por parte dos movimentos sem-terra; e por fim, os movimentos que buscavam moradias, conhecidos como “*pobladores*”, também passaram a atuar ativamente criando diversos assentamentos na capital chilena.

Havia anseios de mudanças por parte de uma parcela da sociedade política e por parte dos estratos mais populares da sociedade civil que convergiam em ações práticas e efetivas. Por parte do governo havia uma esperança de mudar os rumos do país, para que ele fosse mais soberano e não dependesse tanto de um mercado internacional tendo recursos naturais para isso, como apontado por Moniz Bandeira (2008).

No entanto, havia os anseios populares por melhores condições de vida, de trabalho e direitos sociais que eram reivindicados através do apoio a UP e ao presidente Allende na tentativa de construção de um novo bloco histórico, ainda que de forma inconsciente.

Nesse contexto, criava-se uma cultura revolucionária na qual aspectos estruturais influenciavam diretamente os aspectos superestruturais, havendo uma relação dialética entre ambos. Todavia, essa revolução vinda de baixo não era criada de forma orgânica, mas sim uma relação conjuntural entre o governo e uma determinada parcela da sociedade civil organizada.

Os setores populares não eram vistos como classe dominante na sociedade chilena, embora influenciassem outros estratos da sociedade pois buscavam uma alternativa contra hegemônica, que em certos momentos eram controlados pelo Estado/governo e em outros eram impulsionados pelos setores mais populares.

A UP e os estratos populares em geral, não eram hegemônicos do ponto de vista gramsciano, pois não eram compostos pela classe dominante e não tinham uma forte influência sobre a superestrutura da sociedade chilena, ainda que tivessem uma pequena influência nas questões estruturais através de greves e paralizações. Mesmo assim buscavam dentro de seus limites atingir seus objetivos na disputa de poder tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

De acordo com Winn (2010), em meados de 1972, o governo Allende já havia expropriado mais de três mil fazendas dando fim ao latifúndio histórico do país sob a

posse de alguns poucos proprietários. Em meados de 1973, mais de quinhentas empresas estavam sob controle dos trabalhadores.

Tamanho avanço da revolução chilena obrigou o governo a abandonar a tática de uma implementação do socialismo em um mandato de seis anos, logo que a relação dialética entre sociedade civil e política gerou um resultado além do esperado, obrigando o governo a mudar sua tática e a enfrentar as ofensivas do capital chileno e internacional.

Em sua vitória com uma margem percentual de apenas 36,22% dos votos válidos, ficou claro para a UP que eles não tinham de fato uma grande parcela da população como apoiadores. Porém, com o passar dos primeiros anos de governo e ações objetivas que foram alcançadas este panorama mudou justamente por ter setores populares ao seu lado como foi percebido nas eleições parlamentares de 1973.

Vale ressaltar que Allende sempre teve um histórico de ser um conciliador e buscava manter uma posição pacífica frente a diferentes estratos de classe visando o objetivo de desenvolvimento do país, por mais que tais ações atingissem interesses dos setores dominantes quando intensificadas devido a revolução vinda de baixo.

Uma questão relevante era que, diferente das classes dominantes que tinham aliados de peso na disputa política do país, Allende tinha como seus principais aliados os *pobladores*, como apontado por Hobsbawm (2017), o estrato social que mais se beneficiava das políticas do governo. Os *pobladores* era o movimento social que reivindicava moradias através da atuação do estado. Porém, não eram organizados o bastante e nem tinham recursos para a disputa hegemônica com as classes dominantes.

Diferentemente do governo da UP e Allende, que em diversos momentos mostravam ter opiniões divergentes, as classes dominantes chilenas se apresentavam de forma muito organizada para manter seus objetivos e interesses de classe que estavam sendo confrontados pelo novo governo e tomados por setores populares. Se o governo da UP e a via chilena para o socialismo eram “revolucionários”, a direita mostrou-se ainda mais contrarrevolucionária e fez uso de todos seus mecanismos hegemônicos para manter seu status quo.

2.2. A contrarrevolução

Mesmo vencendo as eleições de 1970 pela maioria dos votos, Allende junto com a UP precisava também da ratificação da câmara, e para isso fizeram um acordo em troca

do apoio da DC em que garantiam manter suas ações de governo dentro da legalidade. Porém, a vitória da UP já representava uma ameaça aos interesses das classes dominantes, as quais desde antes das eleições de 1970 tinham como objetivo não facilitar para o novo governo.

Allende poderia ter chegado ao governo, mas não chegou ao poder, pois este ainda estava sob o controle das classes dominantes no que se refere a classe hegemônica com atuação na sociedade civil que, junto com seus intelectuais orgânicos e seus aparatos de comunicação, ditavam os rumos ideológicos do país. A imprensa lançava a desinformação no intuito de desestabilizar o governo, gerando o caos não apenas político, mas também econômico e social em um país já fragilizado.

Conforme apontado por Ayerbe (2002), Moniz Bandeira (2008) e Winn (2010), a direita no Chile já vinha se organizando para a derrubada do governo Allende antes mesmo da confirmação das eleições de 1970. As eleições no Chile não interessavam apenas do ponto de vista interno, pois o governo dos EUA junto com a CIA e um montante de empresários que tinham seus negócios no país, também se preocupavam com a vitória da esquerda.

A participação do jornal *EL Mercurio* na formação do ideário chileno já vinha de longa data em meio a sociedade civil e com o advento da vitória da UP a classe média também passou a ser um alvo cada vez mais incisivo para eles, principalmente buscando a desordem do país.

Porém a ascensão do projeto hegemônico de El Mercurio não se limitava somente a elite, mas também se projetava a outros setores sociais, especialmente a classe média, de modo que a palavra do jornal havia adquirido na opinião pública um selo de uma verdade praticamente irrefutável”. (MAZZEI de GRAZIA; MONSÁLVEZ ARANEDA, 2014, p.91, tradução nossa)

Dessa forma, com a confirmação da vitória da esquerda as ações deste conglomerado passaram a tomar corpo. Augustin Edwards Eastman era o dono do jornal *El Mercurio* e ligado ao grupo de empresários de direita buscavam desestabilizar o governo. Valer ressaltar que a família Edwards também atuava em outros segmentos econômicos, tendo a classe dominante chilena essa característica de ter famílias por trás das grandes empresas.

Conforme aponta Moniz Bandeira (2008) e Verdugo (2003) muitos jornalistas chilenos eram financiados por empresas para difamar a UP e Allende desde os períodos

de campanha, o mesmo acontecia em outros meios de comunicação de massas, como o rádio e a televisão. Ou seja, as classes dominantes chilenas exerciam sua hegemonia frente o governo Allende adotando diversas táticas, atuando no campo da superestrutura via os meios de comunicação e no campo da estrutura econômica do país.

Na área oposicionista, as atividades conspirativas crescem proporcionalmente aos resultados eleitorais desfavoráveis. Com o apoio dos Estados Unidos, a base social da oposição é composta não apenas por setores diretamente afetados pela política do governo, mas também por médios e pequenos empresários que desconfiam das medidas estatizantes, junto às classes médias, que se mobilizam contra a escassez na oferta de produtos e o recrudescimento da inflação, somado ao receio da perda de posições e privilégios ante a ativação política dos setores populares e do fantasma de uma guerra redistributiva. (AYERBE, 2002, p. 184)

Temendo a escassez de produtos, as frações da direita ligadas as classes médias passaram a organizar um mercado paralelo de insumos para não depender do governo ao mesmo tempo ocasionando uma crise de abastecimento para aqueles que eram os principais apoiadores da UP e de Allende, as classes mais populares. Dessa forma, devido as atuações do governo na economia, gerou-se o aumento da inflação no país.

A direita se organizou não só com as empresas nacionais e o capital internacional, mas também, com grupos de extrema direita já pensando nos ataques ao governo e em um possível golpe. Ainda em 1970: “Foi nesse momento que a extrema direita se estruturou em torno da organização Pátria e Liberdade, um agrupamento abertamente golpista que permaneceu ativo por todo o período” (AGGIO, 2002, p. 111). Formando assim uma articulação contrarrevolucionária ampla estendida para sociedade civil.

A atuação desses grupos já vinha desde antes da confirmação dos resultados eleitorais, como foi o caso do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, René Schneider, o qual foi assassinado em uma tentativa de sequestro pelos militantes da Pátria e Liberdade em um período em que as Forças Armadas eram responsáveis pela legitimação das eleições junto ao Congresso por ser a “guardiã da legalidade no país”.

Com a morte de Schneider, seu sucessor General Carlos Prats assumiu a mesma postura de respeitar a legitimidade das ruas e manter a neutralidade das Forças Armadas, e assim ratificou a vitória de Allende junto ao Congresso.

Vale ressaltar, como aponta Verdugo (2003), o envolvimento da CIA e do governo Nixon, por meio de seu secretário de Estado H. Kissinger, não apenas no assassinato de

Schneider, mas também nas ações para gerar instabilidade na economia chilena no período anterior ao golpe civil-militar.

Alinhados aos interesses dos EUA, adotou-se a tática de “*block out*”² em que o governo estadunidense cortou as remessas de ajuda financeira para áreas estratégicas relacionadas ao cobre.

Tal estratégia contou com o apoio do empresariado norte americano e chileno a fim de enfraquecer a economia gerando maiores dificuldades a ponto de desestabilizar o governo Allende economicamente.

Como bloco histórico as classes dominantes no Chile estavam bem articuladas, tanto nacional quanto internacionalmente. Porém, os interesses internacionais não tinham como intuito o governo de Allende, pois sabiam que seus objetivos não seriam atendidos. Havia uma classe hegemônica no Chile, entretanto ocorria um período de crise hegemônica quando a UP chegou ao governo.

Mesmo em um período de crise hegemônica e o surgimento de um novo bloco histórico frente as classes dominantes aliadas aos interesses internacionais, tais classes mostraram-se organizadas para fazer frente ao novo governo.

Deixaram de lado a guerra de posição e assumiram uma guerra de manobra³, o que mostrou as fragilidades da UP, que não conseguiam se organizar para uma disputa no campo político, econômico e social. Primeiro por não ter as condições necessárias para este enfrentamento (meios de comunicação hegemônicos), e segundo pelas divergências internas quanto a tática a ser seguida frente as ofensivas das classes dominantes.

A direita soube fazer a leitura da conjuntura e trabalhar em cima disso para conseguir articular aliados não apenas na sociedade civil, mas também fazendo mobilizações para trazer as Forças Armadas para ser um importante aliado na derrubada do governo. E as greves nacionais das empresas de transporte foram concebidas não apenas para paralisar a economia, mas para obrigar o governo a escolher entre coerção e abdicação e, portanto fazer as Forças Armadas saírem de sua postura de neutralidade política. Os reacionários sabiam que se as Forças Armadas tivessem que escolher entre identificar-se com a esquerda ou com a direita, escolheriam a direita. (HOBSBAWM, 2017, p. 449)

² *Block out* é uma tática de bloqueio de remessas em que um governo de fato, bloqueia remessas econômicas para outro país, seja ela na forma de auxílio econômico para um determinado programa, ou até mesmo a remessa pertencente a receita gerada no território de outro país.

³ Ver Gramsci.

Conforme aponta Aggio (2002), o Exército já vinha se infiltrando no governo desde as eleições de 1973 através de acordo da UP junto a oposição que buscava mostrar que atuavam dentro da legalidade. Por um lado, se enfraqueciam junto a suas bases aliadas de esquerda, por outro dando maior margem para atuação da oposição para enfraquecê-la a ponto de um golpe de Estado ser efetivado.

2.3. A conjuntura internacional latino-americana na Guerra Fria

O período histórico sobre o qual buscamos tratar aqui apresenta-se de forma relevante não apenas pelas questões de tempo, mas também de espaço geográfico no qual o Chile está localizado. Sendo esta conjuntura caracterizada pelo início dos anos 1970, os quais ainda tem uma forte influência da década passada em um contexto de Guerra Fria em uma região de forte influência geopolítica estadunidense.

Partindo da perspectiva geopolítica, os EUA eram um país de fato hegemônico na conjuntura latino-americana, pois como apresentado por Cox e Sinclair (2012) o país detinha: a) as capacidades materiais; b) as ideias; e, c) as instituições. E, na perspectiva internacional tinham influência direta: a) forças sociais; b) formas de Estados; e, c) ordem internacional. Sendo assim, podendo ser caracterizado como um país do centro do sistema internacional.

Os EUA também se consolidaram com a Guerra Fria principalmente no “combate ao comunismo” no que se denominou terceiro mundo/periferias do sistema capitalista:

Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas se necessário sem o apoio local. (HOBBSAWM, 2014, p. 422)

Apesar da forte influência nos países periféricos nos aspectos ideológicos, os EUA também se fortaleceram pelo acúmulo e expansão com a exploração dos países que estavam sob sua hegemonia, sendo a América Latina como uma dessas regiões das quais tiravam vantagens através da exploração de riquezas e de mão de obra barata:

A grandeza dos Estados Unidos fundara-se em seu sistema político representativo e no empreendimento privado baseado na concorrência. A América Latina deveria constituir-se em área de expansão desse sistema, para garantia de maior poderio na paz ou na guerra. Era com a doutrina da reserva estratégica que se definia a função da América latina

na zona de influência global dos Estados Unidos no pós-guerra. (CERVO, 2015, p. 69)

Com a disputa da Guerra Fria, a América Latina passou a ser zona de influência direta nos assuntos geopolíticos estadunidenses, portanto o Chile estava diretamente sob a hegemonia internacional dos EUA na região, tanto do ponto de vista econômico (estrutura), quanto do ponto de vista ideológico (superestrutura).

Mesmo com toda a conjuntura desfavorável, o governo de Salvador Allende junto com a UP buscava uma política externa independente e voltada para seus interesses. Vale ressaltar que nos aspectos internacionais o governo Allende não adotava postura nem voltadas para o bloco comunista e tampouco para o bloco capitalista da bipolaridade internacional, mesmo se autodenominando um governo socialista.

O governo Allende adotava uma postura diferente aos aspectos internacionais da época e que também era uma alternativa para os países em desenvolvimento do terceiro mundo: o Movimento dos Países Não-Alinhados, sendo o este pequeno país sul-americano uma das vozes mais ativas e uma das lideranças deste grupo de países no início dos anos 1970.

O governo da Unidade Popular iniciou uma política que buscava emancipar o país de um dos bloqueios da Guerra Fria, estabelecendo relações com todos os países do mundo. Se identificava com o Movimento dos Países Não-Alinhados e seus princípios terceiro-mundistas, como a autodeterminação dos povos ou uma nova ordem internacional mais justa para os países “em desenvolvimento”, e formular proposta para organizar ações concentradas do terceiro mundo. A escala latino-americana, buscava construir uma organização internacional de países latinos que apresentassem a integração regional, sem os Estados Unidos e Canadá. (AIROLA, 2013, p. 15, tradução nossa)

Fazer parte do Movimento dos Países Não-Alinhados dava uma maior autonomia para o Chile, além de atuar junto de seus pares, pois tratava-se de países em desenvolvimento, gerou a formação de um novo bloco histórico na perspectiva das relações internacionais. O Chile foi um importante ator no que se refere a utilização da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), levando propostas dos países em desenvolvimento para serem debatidas nesta organização internacional.

Dentre as questões tratadas pelo Chile estavam as renegociações das dívidas externas dos países em desenvolvimento no período em que os EUA romperam com o

padrão ouro-dólar e aumento as taxas de juros internacionais, as quais não eram vantajosas para os países em desenvolvimento e dependentes.

Também se estabeleceu a criação de um novo sistema monetário internacional e a criação de um fundo para desenvolvimento humano. E, por fim, a criação de mecanismo de controle de informações entre a UNCTAD e a ONU visando a retirada de agências de informação das mãos de empresas que intencionavam a destruição cultural e o aumento da dependência dos países desenvolvidos.

De acordo com Amorós (2008) e Aravena (1997), o governo Allende adotou o “pluralismo ideológico” em sua política externa que estabelecia relações diplomáticas e comerciais com todo o mundo sem distinção ideológica de seus regimes internos e respeitava a autodeterminação dos povos, tendo como objetivo de fortalecer as relações internacionais do Chile para diminuir a dependência do país com relação aos países de centro.

Em relação a América Latina, como apontado por Airola (2013), a conjuntura do triênio 1970-1973 não era muito favorável para a UP. Argentina e Brasil já estavam sob regime civil-militar, assim como a Bolívia a partir de 1971. O Uruguai tinha um governo de direita e o Equador a quinta presidência de Velasco Ibarra. Colômbia e Venezuela tinham governos hostis ao Chile. Ficavam como “aliados regionais” o México, de Luis Echeverría e o Peru, com seus militares reformistas e nacionalistas. Ambos os países simpatizavam com o Chile, e Cuba, sendo seu principal aliado.

Mesmo com as divergências ideológica o Chile não deixou de abrir negociações com os países da região quando possível, além de atuar em bloco nas questões geopolíticas da região. Se por um lado a principal organização internacional para os EUA era a Organização dos Estados Americanos (OEA), por outro o Chile buscava diversificar sua atuação junto com os países do Pacto dos Países Andinos, principalmente Peru e, em alguns casos, a Colômbia. Apesar das divergências ideológicas também negociava com a Bolívia o direito de acesso ao mar via território chileno.

O Chile tinha como relação prioritária a Argentina, além dos litígios com relação as ilhas do canal de Beagle também havia o fato do país ser governado por um regime civil-militar de direita, assim como o Brasil. Portanto, o país buscava evitar uma frente

na qual teria como inimigo os dois grandes países da região⁴. Procurava-se encontrar alternativas que fossem viáveis sem a participação dos EUA: “A ideia de criar uma organização dos países latino-americanos, sem Estados Unidos, parece concretizar-se parcialmente na UNASUR e na Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC)” (AIROLA, 2013, p. 27, tradução nossa).

Todavia, mesmo com as atuações internacionais, devemos levar em consideração a hegemonia estadunidense. Enquanto o Chile buscava alcançar sua independência econômica, os EUA detinham os aparatos hegemônicos para barrar as tentativas de voos próprios pois detinham o controle das agências de notícias e realizavam bloqueios econômicos através do Banco Mundial, FMI e bancos norte-americanos, levando a economia chilena a se desfazer.

O denominado bloqueio invisível afetou de maneira estrutural a economia chilena. A ele se somaram os incrementos de demanda por acesso à propriedade dos recursos através do País. Os processos de nacionalizações e estatizações, juntamente com o bloqueio, produziram uma situação de crise econômica, a partir de 1972, que dificultava a governabilidade, no âmbito político, e o desenvolvimento da produção nacional, em um contexto de hiperinflação. (ARAVENA, 1997, p. 57)

A hiperinflação não foi gerada apenas por questões internas da economia chilena, foi um projeto dos EUA para desestabilizar o país através de mecanismos de poder. Foi estabelecido um caos sem precedentes a ponto de levar o país a um golpe militar.

O governo Allende buscou diversificar sua política externa, tentando encontrar alternativas para a dependência aos EUA, entretanto, as condições foram desfavoráveis para o Chile. Pois, “Diferentemente das ditaduras da década de 1960, que possuíam um caráter mais ‘preventivo’ de um eventual contágio da Revolução Cubana, as ditaduras da década de 1970 possuíam um caráter evidentemente contrarrevolucionário” (COGGIOLA, 2001, p. 35)

A via chilena para o socialismo foi uma tentativa através de meios democráticos para alcançar um novo modelo de sociedade. Em meio ao sistema internacional, o Chile tentou diversificar sua política externa investindo em alianças junto ao Movimento dos Países Não-Alinhados, buscou atuar em bloco junto aos países da América Latina e não

⁴ Por mais que o Chile tivesse a intenção de controlar os ânimos na região em um período que estava isolado como um governo autodenominado socialista, sabe-se hoje em dia da participação de outros países da região na implementação de técnicas de tortura durante o regime do General Pinochet, além da transferência de *know how* relacionados as técnicas de organização da direita vindas da CIA e dos institutos IPES/IBAD do Brasil, além da Operação Condor.

fez divergências ideológicas em suas ações. Entretanto, os EUA mostraram que na perspectiva internacional detinham de hegemonia na região, diversificando as formas de atuação contra a ascensão da UP tanto em questões internas e internacionais nos aspectos da estrutura e da superestrutura.

Para os EUA já era difícil conviver geopoliticamente com Cuba na região e sua participação nos golpes da década de 1960 estava relacionada a aspectos preventivos. Sendo assim, evitar os avanços do socialismo no Chile era uma prioridade sem precedentes, mesmo que para isso fosse necessário tomar ações contrarrevolucionárias e violentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensador Antonio Gramsci elaborou diversos conceitos buscando compreender a sociedade italiana em diversas perspectivas, elaborou ideias detalhadas com o objetivo de dar explicações sobre tais fatos. Entretanto, devido sua tamanha envergadura teórica seus conceitos passaram ser interpretados por outros pensadores.

Lembrando que Gramsci não tinha o intuito de elaborar ideias universais e atemporais, mas seus conceitos nos ajudam a entender e explicar determinados fatos políticos através de uma nova perspectiva, da qual podemos abordar questões estruturais e superestruturais.

A tentativa de utilizar os conceitos de sociedade civil, bloco histórico e hegemonia para explicar a conjuntura interna e internacional do Chile no triênio 1970-1973 nos traz uma nova interpretação acerca dos fatos ocorridos e nos mostra que simplesmente chegar ao poder não poder ser interpretado como domínio e governabilidade, pois ter a hegemonia como classe dominante no Chile nos mostra que mesmo em um período de crise hegemônica havia as condições necessárias para uma ofensiva contrarrevolucionária.

Olhando pela perspectiva dos conceitos de Gramsci notamos que no Chile havia de fato um período hegemônico das classes dominantes, porém não em sua totalidade, entretanto as classes dominantes do país tinham todas as ferramentas necessárias para um enfrentamento contra hegemônico, sendo eles: os meios de comunicação, meios de produção e aparato militar.

Por outro lado, podemos dizer que o governo Allende buscou atuar no campo estrutural através das revoluções vinda de cima e de baixo, todavia faltou uma atuação mais efetiva no campo da superestrutura em um período em que estes campos estavam ainda sob a influência hegemônica das classes dominantes.

A experiência chilena também nos mostra que a disputa pela hegemonia não está somente nas questões internas, logo que as questões externas relacionadas a aspectos políticos e econômicos em um contexto de Guerra Fria passam a ser determinantes para a manutenção do status quo na perspectiva das relações internacionais.

Nesta perspectiva internacional os EUA mostraram ter suas classes dominantes internas tão organizadas a ponto de levar tais ideais para as relações internacionais em uma zona de influência geopolítica, a América Latina.

Em aspectos internacionais, assim como nas questões internas, o governo Allende buscou a criação de um novo bloco histórico na tentativa de reduzir sua dependência frente aos países centrais, atuando em diversas frentes com países vizinhos e com outros países periféricos.

Porém, sua atuação não se mostrou muito efetiva frente a hegemonia já consolidada dos EUA, o qual já tinha o controle geopolítico na região latino-americana e a nível sistêmico nas relações internacionais, garantindo assim a derrubada do governo Allende e a instauração de um governo mais simpático aos interesses estadunidenses (governo civil-militar de Augusto Pinochet).

Em virtude dos fatos mencionados, podemos dizer que os aspectos internos na conjuntura chilena de 1970-1973 contribuíram para a chegada de Salvador Allende ao governo junto com a UP, entretanto havia determinadas divergências ideológicas com relação a atuação do governo quanto a implementação da revolução.

As classes dominantes que também eram oposição ao governo se apresentavam mais organizadas e estruturadas que a esquerda chilena, alinhadas demais aos interesses internacionais dos EUA gerando maior desestabilidade a ponto de usar recursos de sua hegemonia para a derrubada não apenas do governo, mas até mesmo do sistema democrático chileno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002.

AIROLA, Jorge M. La Política Internacional Chilena del Gobierno de la Unidad Popular 1970-1973: um intento de pluralismo em las relaciones internacionales. Universidad Academia de Humanismo Cristiano. **Tiempo Histórico**. N°7 /15-27/ Santiago-Chile, 2013.

AMARÓS, Mario. Salvador Allende Ante El Mundo. **CELA**, Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena. Tareas no. 130 sep-dic 2008.

ARAVENA, Francisco R. **Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997**. Rev. Bras. Polít. Int. 40 (2): 49-75. 1997.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**; tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: na essay in method. In: **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**/ Edited by Stephen Gill. Cambridge studies in international relations; p. 49-66, 1993.

COX, Robert. SINCLAIR. Timothy J. Social Forces, States, and World Orders: beyond international relations theory. In: **Approaches to World Order**. Cambridge University Press, p. 85-123, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 1: introdução ao estudo da filosofia a filosofia de Benedetto Croce**; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**; tradução Carlos Nelson Coutinho. – 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política** edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

_____. **Viva la Revolución: a era das utopias na América Latina**. Tradução Pedro Maia Soares. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEI de GRAZIA, Leonardo; MONSÁLVES ARENEDA, Danny. El discurso económico y la acción política de El Mercurio en la coyuntura presidencial de Chile en 1970. *Historias*, (87), 91–106. 2014.

MONIZ BANDEIRA. Carlos Alberto. **Fórmula para o Caos: a ascensão e queda de Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**; tradução de Angelina Peralva, Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2002.

VERDUGO, Patricia. **Como os EUA Derrubaram Allende: Chile, 1973**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regiane A.; MIKLOS, Manoela; RODRIGUES, Priscila. A Contribuição Marxista para o Estudo de Relações Internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, 83: p. 111-143, 2011.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2010.